

**PROCESSO** - A. I. Nº 269181.0905/03-8  
**RECORRENTE** - EDVALDO DE BRITO ME  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JF nº 0037-02/04  
**ORIGEM** - INFAZ SANTO AMARO  
**INTERNET** - 30/11/2004

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0339-12/04

**EMENTA: ICMS. 1.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **a)** FALTA DE RECOLHIMENTO. **b)** RECOLHIMENTO A MENOS. Exigências subsistentes, após análise das provas documentais. **2.** CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Tal constatação indica pagamentos com receitas decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração parcialmente subsistente, após adequação ao regime SimBahia. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata o presente julgamento de Recurso Voluntário interposto pela 2ª. Junta de Julgamento Fiscal, em face da sua Decisão constante do acórdão em epígrafe em que julgara Procedente em Parte o Auto de Infração nº 269181.0905/03-8, lavrado em 26/09/2003, para exigência de ICMS no montante de R\$14.339,86, em razão dos seguintes comportamentos infracionais:

1. falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$229,04, na condição de Empresa de Pequeno Porte, enquadrada no Regime SimBahia, referente ao mês de março/2001, consoante demonstrativos e documentos às fls. 13 a 304 dos autos;
2. falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$200,00, na condição de Microempresa, enquadrada no Regime SimBahia, referente aos meses de maio e agosto/2001, consoante demonstrativos e documentos às fls. 13 a 304 dos autos;
3. recolhimento a menos do ICMS, no valor de R\$320,00, na condição de Microempresa, enquadrada no Regime SimBahia, referente aos meses de setembro a dezembro/2001, consoante demonstrativos e documentos às fls. 13 a 304 dos autos;
4. falta de antecipação do ICMS, no valor de R\$2.650,22, relativo às aquisições interestaduais de mercadorias sujeitas a substituição tributária, ocorridas nos meses de junho e julho/2001, conforme documentos às fls. 307 a 313 dos autos;
5. antecipação a menos do ICMS, no valor de R\$147,06, relativo às aquisições interestaduais de mercadorias sujeitas a substituição tributária, ocorridas nos meses de março, agosto, outubro e novembro/2001, conforme documentos às fls. 316 a 327 dos autos, e

6. omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na Conta Caixa, com imposto reclamado de R\$10.793,54, na condição de contribuinte do SIMBAHIA, inerente aos exercícios de 2000 e 2001, conforme documentos às fls. 330 a 339 dos autos.

Em sua impugnação à imposição fiscal, às fls. 343 a 346 dos autos, o sujeito passivo reconheceu o débito relativo às infrações 1, 2 e 3 do Auto de Infração e argüiu total improcedência quanto as demais exigências, sob a alegação de que o autuante considerou notas fiscais do CFAMT jamais adquiridas pelo contribuinte e, conseqüentemente, não estaria obrigado ao pagamento do imposto relativo às infrações 4, 5 e 6 do Auto de Infração, entendendo que tais documentos fiscais não possuiriam valor probatório, admitindo a possibilidade de fraude por parte de terceiros. Por fim, requerera revisão fiscal a fim de se comprovar a ilegalidade da autuação, bem como a veracidade das notas fiscais.

O autuante, em sua informação fiscal, às fls. 347 a 351, esclareceu que a quarta infração diz respeito às aquisições interestaduais de biscoitos, adquiridas através das Notas Fiscais nºs 160, 104591, 1267 e 1994, anexas às fls. 307 a 313 do PAF, documentos fiscais que foram apresentados pelo próprio contribuinte e estão, inclusive, com carimbo de “CONTABILIZADO”. Assim, entende totalmente descabida a alegação de defesa.

Quanto à quinta infração, relativa ao recolhimento a menos da antecipação tributária do ICMS, diz o autuante que se refere às aquisições interestaduais de biscoitos e vinhos, adquiridas através das Notas Fiscais nºs 1311, 112427, 119928, 123120 e 4980, conforme fls. 316 a 327 dos autos, também apresentadas pelo próprio contribuinte, constando nas mesmas “CONTABILIZADO”.

Por fim, relativa à sexta infração, registra que o saldo credor na Conta Caixa resultou da consideração dos valores das receitas de vendas e dos valores de desembolsos a exemplo de recolhimento de ICMS, compras apuradas através de notas fiscais entregues pelo contribuinte e arrecadadas pelo CFAMT.

Segundo o autuante o autuado não fizera nenhum tipo de comprovação da sua alegação de que não realizou tais operações. Relaciona os valores das notas fiscais do CFAMT e conclui que mesmo não as considerando na auditoria de caixa, assim como outros desembolsos como energia, telecomunicações e pessoal, o levantamento resultaria saldo credor. Assim, mantivera a autuação.

O relator do processo manifestara o seguinte voto:

*“Da análise das peças processuais constato que o autuado reconhece integralmente as três primeiras exigências, assim, a lide restringe-se apenas às infrações 04 a 06 do Auto de Infração.*

*Inicialmente, rejeito o pedido do contribuinte de revisão fiscal, pois todas as acusações fiscais estão devidamente instruídas com os documentos fiscais, sendo desnecessário tal expediente.*

*Deve-se ressaltar que os documentos fiscais arrecadados pelo sistema CFAMT, anexos ao processo, referem-se à via do fisco, os quais comprovam e respaldam plenamente a acusação fiscal, visto que as inúmeras notas fiscais foram coletadas nos postos fiscais do trajeto das referidas mercadorias, sendo prova suficiente da realização das operações e de suas aquisições pelo destinatário. Assim, é descabida a alegação de defesa de que jamais realizou tais operações.*

*Quanto ao mérito, observo que o sujeito passivo em sua impugnação não apresentou qualquer alegação ou prova, a exemplo de documentos, levantamentos e demonstrativos, que*

viesse a destituir as acusações fiscais, especialmente no tocante as infrações 04 e 05, cujos documentos foram fornecidos pelo próprio contribuinte, pois neles estão consignados o carimbo de “CONTABILIZADO”, conforme pode-se verificar às fls. 309 a 313 e 320 a 326 dos autos.

Contudo, no tocante a sexta infração, relativa a Auditoria de Caixa nos exercícios de 2000 e 2001, com data de ocorrência em 31/12/2000 e 31/12/2001, por incorrer o contribuinte na prática de infração de natureza grave, sujeita-se a exigência do imposto com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais, concedendo-se o crédito de 8% sobre o valor da omissão, nos termos do art. 19, §1º, da Lei n.º 7.357/98, alterada pela Lei n.º 8.534/02, por ser mais benéfico ao autuado que a aplicação da Orientação Normativa 01/2002, conforme procedido à fl. 330 do PAF, o que resulta no valor exigido de R\$7.651,94, consoante demonstrativo a seguir:

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO - AUDITORIA DE CAIXA (Infração 06)

Data da Ocorrência	SALDO CREDOR	ICMS (17%)	Crédito (8%)	ICMS Devido
31/12/00	37.056,30	6.299,57	2.964,50	3.335,07
31/12/01	47.965,27	8.154,10	3.837,22	4.316,87
TOTAL	85.021,57	14.453,67	6.801,73	<b>7.651,94</b>

Do exposto, voto pela *PROCEDÊNCIA EM PARTE* do Auto de Infração, no valor de R\$11.198,26.

Vê-se, pois, que o Julgador Dr. Fernando Brito de Araújo procedeu ao ajuste para redução do valor exigido na autuação, reconhecendo ao autuado o direito a crédito fiscal de 8%, atendendo a jurisprudência firmada deste Conselho.

Inconformado com a Decisão, o autuado ofereceu Recurso Voluntário em que alega erros na Decisão e desconsideração pela fiscalização das peculiaridades da empresa.

Quanto às infrações 4 e 5 o recorrente alega que a responsabilidade pelo imposto seria do fornecedor remetente das mercadorias e que o autuado somente teria responsabilidade supletiva se esgotadas todas as tentativas de cobrança junto ao principal devedor. Entende o recorrente que a negativa de revisão fiscal e diligência fiscal solicitada teria impedido a circularização junto aos fornecedores e empresas transportadoras para comprovação dos fatos relativos à impugnação da infração 4.

Quanto ao item 6, o recorrente alegou a desconsideração do saldo inicial e equívoco que teria consistido em considerar compras a prazo como se fossem à vista, dúvida e incerteza quanto à apuração da base de cálculo, erro na aplicação da alíquota que deveria ser de 7%, em face da empresa atuar no ramo do comércio varejista de gêneros alimentícios e não de 17%.

O recorrente insistiu no pedido de diligência e pediu a Improcedência dos itens 4 a 6 da autuação, em especial do item 6 – auditoria de caixa.

Atendendo à solicitação da PGE/PROFIS, na assentada de julgamento do dia 12 de maio de 2004 o processo foi convertido em diligência.

Apesar de diversas vezes intimada a comprovar suas alegações, o recorrente fez juntar ao processo apenas cópias de extratos bancários que demonstrariam o erro da autuação quanto à auditoria de caixa.

O diligente, Dr. Eduardo Ramos de Santana, ofereceu conclusão em que aponta valores alternativos para a infração de n. 6, em função da possibilidade ou não do acolhimento dos extratos bancários acostados pelo recorrente, que somente retratam o movimento até o dia 28 de

dezembro de 2000, não tendo sido comprovado o saldo inicial relativo ao exercício de 2000 ou seja o saldo final de 1999.

A PGE/PROFIS opinou pelo acolhimento da manifestação resultante da revisão da ASTEC do CONSEF.

## VOTO

Acolho o Parecer opinativo da Douta PGE/PROFIS, porque entendo que o levantamento fiscal realizado pela ASTEC e seus demonstrativos refletem a razoabilidade do argumento recursal quanto ao saldo inicial do exercício de 2001, entendendo que cabe a condenação relativa ao item 6 da autuação no valor indicado no item b do Parecer conclusivo do diligente da ASTEC, ou seja R\$6.568,79, posto que reflete, em essência, a mesma Decisão de Primeira Instância, ou seja, reconhece direito aos créditos fiscais na forma da lei e da jurisprudência desse Conselho de Fazenda.

Ante o exposto, voto pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Voluntário, em face da diligência saneadora, modificar a Decisão recorrida quanto ao valor do item 6, mantendo a Decisão recorrida em relação aos itens 4 e 5 da autuação.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 269181.0905/03-8, lavrado contra **EDVALDO DE BRITO (ME)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$10.115,11**, acrescido das multas de 50% sobre R\$749,04; 60% sobre R\$2.797,28 e 70% sobre R\$6.568,79, previstas, respectivamente, no art. 42, I, “b-3”; II, “d”, e III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2004.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

CÉSAR AUGUSTO DA SILVA FONSECA- RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS